

Novo cenário geopolítico no processo de licitação dos Jogos Olímpicos

César Teixeira Castilho

Universidade Federal de Minas Gerais

castcesarster@gmail.com

Cléber Dias

Universidade Federal de Minas Gerais

cleberdiasufmg@gmail.com

Envio original: 09-03-2023. Revisões requeridas: 20-05-2023. Aceitar: 03-07-2023. Publicado: 16-10-2023.

Resumo

O objetivo desse estudo é analisar a nova conjuntura que se pronuncia no processo de escolha das cidades-sede dos Jogos Olímpicos de verão e inverno. Nas últimas décadas, observa-se uma crítica crescente frente ao acolhimento das Olimpíadas, bem como às demandas impostas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). Verifica-se um aumento no número de referendos junto aos habitantes locais das cidades postulantes o que, conseqüentemente, tem feito com que candidaturas sejam retiradas ao longo do processo de licitação. Um cenário insólito se desenha no entorno geopolítico dos Jogos, promovendo não somente uma mudança no perfil das candidaturas, mas igualmente alterações institucionais dentro do próprio COI.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; Geopolítica; Comitê Olímpico Internacional (COI).

Resumen

El objetivo de este ensayo es analizar la nueva situación que se manifiesta en el proceso de candidatura entre las ciudades sede de los Juegos Olímpicos de verano e invierno. En las últimas décadas ha habido una creciente crítica a la organización de los Juegos Olímpicos, así como a las exigencias impuestas por el Comité Olímpico Internacional (COI). Hay un aumento en el número de referéndums con los habitantes locales de las ciudades candidatas, lo que, en consecuencia, ha resultado en el retiro de solicitudes a lo largo del proceso de licitación. Un escenario insólito emerge en el entorno geopolítico de los Juegos, promoviendo no solo un cambio en el perfil de los candidatos, sino también cambios institucionales dentro del propio COI.

Palabras clave: Juegos Olímpicos; Geopolítica; Comité Olímpico Internacional (COI).

Abstract

The objective of this essay is to analyze the new situation that is pronounced in the bidding process among the host cities for the summer and winter Olympic Games. In recent decades, there has been a growing criticism of the hosting of the Olympics, as well as the demands imposed by the International Olympic Committee (IOC). There is an increase in the number of referendums with the local inhabitants of the candidate cities, which, consequently, has resulted in applications being withdrawn throughout the bidding process. An unusual scenario emerges in the geopolitical environment of the Games, promoting not only a change in the profile of candidates, but also institutional changes within the IOC itself.

Keywords: Olympic Games; Geopolitics; International Olympic Committee (IOC).

Introdução

Desde a escolha da sede dos primeiros Jogos Olímpicos (JO) da era moderna, em 1896, na cidade de Atenas, na Grécia, eventos da política mundial influenciam sobremaneira as decisões do Comitê Olímpico Internacional (COI). Embora o COI sustente a ideia de imparcialidade política no que diz respeito às suas deliberações¹, sabe-se que o contexto mundial – incluindo guerras, tratados, pandemias, disputas políticas e aspectos sociais e econômicos – dita as suas relações institucionais com governos, bem como suas resoluções finais. Conforme apontam estudos especialmente dedicados a este assunto, mais que quaisquer aspectos técnicos, do legado potencial ou da transparência decisória, fatores geopolíticos foram preponderantes na escolha das cidades-sede de várias edições das Olimpíadas (Booth, 2011; Castilho; Marci Jr.; 2019; Boniface, 2016; Goldblatt, 2016; Lenskyj, 2020).

Portanto, alguns fatores relevantes, muitas vezes utilizados como marketing institucional, podem ser elencados nesse cenário, tais como: estabilidade política; fatores econômicos, questões relacionadas aos direitos humanos e política ambiental. A escolha da cidade-sede dos JO é um processo complexo que envolve inúmeros fatores geopolíticos interligados que podem se somar ou não. Enquanto alguns aspectos podem ser mais relevantes do que outros, todos eles, a depender da temporalidade da decisão, podem contribuir para a deliberação final. Em última análise, a escolha da cidade anfitriã deve equilibrar as necessidades e os interesses da nação pretendente com os do movimento olímpico como um todo.

O sucesso nos campos esportivos tem sido historicamente encarado como uma valiosa oportunidade política para moldar e incrementar a imagem de um país no cenário internacional, aumentando seu prestígio simbólico e diplomático (Booth, 2011; Houlihan, 1997; Arnaud; Riordan, 2013; Haut; Prohl; Emrich, 2016; Krueger, 1995; Freeman, 2012; Reicher, 2013). Essa estratégia envolve alavancar o poder e a popularidade dos esportes para melhorar a imagem e a reputação de um país na comunidade internacional. Ao sediar ou participar de grandes eventos esportivos, os países podem projetar uma imagem positiva de si mesmos para o resto do mundo e potencialmente melhorar sua posição aos olhos de outras nações. Usufruindo da visibilidade mundial do evento, os países promovem uma propaganda universal que inclui a capacidade de gerenciar projetos de grande escala, assim como a expertise na hospitalidade dos atletas e visitantes.

Em 1912, por exemplo, durante as Olimpíadas de Estocolmo, a imprensa britânica demonstrou preocupação com a terceira colocação do país no quadro de medalhas daquela edição dos Jogos, alegando que tal posição, tida como um fracasso, poderia ser vista como uma possível decadência da cultura inglesa (Krueger, 1995). Nos anos seguintes, de modo ainda mais intenso, a performance em

¹ Segundo a Regra 2, Linha 10, da “Carta Olímpica”: “Interdição de toda forma de utilização política dos Jogos: O papel do COI é [...] de se opor a qualquer utilização abusiva, seja ela política ou comercial, do esporte e dos atletas”. (IOC, 2020).

competições esportivas internacionais foi um importante parâmetro simbólico de poder e prestígio durante a Guerra Fria (1947-1991), quando países do bloco ocidental capitalista, liderados pelos Estados Unidos, disputavam a supremacia geopolítica global contra países do bloco oriental socialista, liderados pela União Soviética. Mesmo países sem a hegemonia das superpotências têm almejado sediar as Olimpíadas, como foi o caso da Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial (Krueger, 1995) e países da Ásia e do Oriente Médio mais recentemente (Allison; Monnington, 2002). A constância histórica da ambição de sediar competições esportivas internacionais como as Olimpíadas já levou a se falar em “corrida armamentista esportiva global” – *global sporting arms race* (De Bosscher et al., 2007).

Enquanto pesquisas focam suas análises sobretudo nas mudanças relativas às justificativas e estratégias das nações envolvidas nestas disputas (Grix; Carmichael, 2012; De Bosscher et al., 2015), os resultados e verdadeiros benefícios em termos de prestígio internacional ainda não foram devidamente examinados. Isso é especialmente verdadeiro com relação a mudanças nas últimas décadas, pois, como veremos mais detalhadamente adiante, processos recentes de escolha das cidades-sede para as Olimpíadas têm sofrido com uma espécie de “aversão olímpica”. Nesse contexto, além de se analisar as circunstâncias particulares dos países que retiraram suas candidaturas para sede das Olimpíadas, deve-se observar, igualmente, às motivações e consequências políticas decorrentes desse processo para o COI. Ademais, tais alterações engendram mudanças no perfil das nações designadas como anfitriãs dos Jogos.

Nesses termos, o presente ensaio analisa recentes processos de escolha das cidades-sede para os JO, em uma dinâmica que podemos chamar de “aversão” ou “resistência olímpica”, isto é, uma indisposição política crescente em países democráticos em arcar com as obrigações ditadas pelo COI. A fim de ilustrar os principais aspectos ao redor dessas dinâmicas, tomamos como exemplos privilegiados, a escolha das cidades-sede dos JO de inverno de 2022, em Pequim, e dos JO de verão de 2024 e 2028, respectivamente organizados em Paris e Los Angeles. Nosso argumento é que a crescente “resistência” entre cidadãos de países democráticos em aceitar que governos locais se postulem para sediar JO tem estimulado o COI a apoiar a candidatura de nações autoritárias. Tal mudança ocasiona consequências não apenas para as Olimpíadas propriamente ditas, mas também para as disputas geopolíticas globais, dada a importância simbólica internacional que revestem os chamados megaeventos. Percebe-se que, diante da crescente resistência em países democráticos à realização das Olimpíadas, os postulantes das nações ditatoriais quedam como as únicas alternativas disponíveis. Tal cenário, por seu turno, cria oportunidades diplomáticas e geopolíticas para que potências ditatoriais emergentes possam usufruir do *soft-power* esportivo, explorando de todas as formas do simbolismo e da visibilidade internacional olímpica, de sorte que seus interesses estratégicos de suas políticas externas sejam concretizados.

Novos tempos no cenário olímpico

Na Tabela 1, verifica-se que o número de candidaturas de cidades à sede dos JO de verão e de inverno vem diminuindo ao longo das últimas três décadas.² Nas edições de 1992, houve sete cidades candidatas para sediar os JO de verão, enquanto que os JO de inverno da mesma época contaram seis candidaturas. Tal cenário conferia ao COI não apenas a ocasião de escolher a cidade que mais lhe aproovesse para sediar o evento, mas também maiores possibilidades de impor condições. Pode-se dizer que quanto maior o número de cidades interessadas em sediar os JO, maiores podem ser as exigências apresentadas pelo COI.

Tabela 1: Cidades postulantes das Olimpíadas na fase final (1992-2032)

Olimpíadas de verão		Olimpíadas de inverno	
Edições	Nº de cidades postulantes	Edições	Nº de cidades postulantes
1992 <i>Barcelona</i>	7 candidaturas	1992 <i>Alberville</i>	6 candidaturas
1996 <i>Atlanta</i>	6 candidaturas	1994 <i>Lillehammer</i>	4 candidaturas
2000 <i>Sidney</i>	5 candidaturas	1998 <i>Nagano</i>	5 candidaturas
2004 <i>Atenas</i>	5 candidaturas	2002 <i>Salt-Lake City</i>	4 candidaturas
2008 <i>Pequim</i>	5 candidaturas	2006 <i>Turim</i>	6 candidaturas
2012 <i>Londres</i>	5 candidaturas	2010 <i>Vancouver</i>	4 candidaturas
2016 <i>Rio de Janeiro</i>	4 candidaturas	2014 <i>Sotchi</i>	3 candidaturas
2020 <i>Tóquio</i>	3 candidaturas	2018 <i>Pyeong-Chang</i>	3 candidaturas
2024/2028 <i>Paris</i> <i>Los-Angeles</i>	2 candidaturas	2022 <i>Pequim</i>	2 candidaturas
2032* <i>Brisbane</i>	Novas regras (Brisbane)	2026* <i>Milão-Cortina</i>	2 candidaturas (4 cidades) Milão-Cortina Estocolmo-Are

* Os processos de licitação das edições dos Jogos Olímpicos de 2026 e 2032 já se apresentam com novas regras e normas como consequência das resistências e dos referendos realizados junto aos habitantes locais das cidades pretendentes levando à retirada das candidaturas.

² Os Jogos Olímpicos de inverno foram oficialmente instaurados em 1924, acontecendo no mesmo ano que os jogos de verão, ainda que em cidades diferentes. Em 1986, contudo, o COI decidiu que alterar esse regime, desassociando os anos em que aconteceriam os jogos de verão e de inverno. Assim, realizaram-se jogos de verão em 1992 (em Barcelona), enquanto os jogos de inverno aconteceram em 1994 (em Lillehammer, na Noruega).

Todavía, uma inflexão histórica paulatina e crescente nessa dinâmica parece ter tido lugar a partir de 1992. Doravante, várias cidades rejeitaram ou desistiram de apresentar candidaturas para serem sedes dos JO de verão ou de inverno depois de terem realizado referendos populares. Eventos desse tipo aconteceram em Budapeste (Hungria), Davos (Suíça), Cracóvia (Polônia), Boston (Estados Unidos), Roma (Itália), Oslo (Noruega), Estocolmo (Suécia), Cracóvia (Polônia), Hamburgo e Munique (Alemanha).

Um processo assim, de contornos talvez mais dramáticos, já havia acontecido em princípios da década de 1970. Naquela época, a cidade de Denver, nos Estados Unidos, que era candidata à sede dos JO de inverno de 1976, retirou sua candidatura depois de um referendo junto à população a respeito da pertinência de realizar-se o evento. Havia indícios de corrupção e superfaturamento de 300% de acordo com a previsão do custo inicial. A maioria da população rejeitou a ideia e a candidatura da cidade foi retirada. O COI tentou então realizar o evento na cidade de Whistler, no Canadá, mas os políticos locais também não aceitaram. Como alternativa, por meio de articulações entre o COI e o Comitê Olímpico Americano, cogitou-se realizar o evento em Salt Lake City, que havia se candidatado para sediar àqueles JO, embora a cidade tivesse sido eliminada da disputa nas rodadas iniciais de análise e avaliação. Nesse ponto, todavia, o prefeito de Salt Lake City também rejeitou a proposta, alegando falta de apoio do governo federal. Considerou-se ainda realizar o evento na cidade norte-americana de Lake Placid, que era candidata à sede das competições de 1980, o que tampouco se viabilizou. Diante do impasse, os jogos de inverno de 1976 acabaram por se realizar, afinal, em Innsbruck, na Áustria, que já havia sido sede do evento em 1964.

Apesar de ter chegado a termo, não obstante as dificuldades, os eventos relativos aos preparativos para as Olimpíadas de inverno de 1976 são considerados como precursores importantes de movimentos de oposições política e social quanto à realização desses eventos esportivos.

A partir de 2008, aproximadamente, eventos desse tipo, onde parte significativa da população de uma cidade rejeita à proposta de candidatura à sede das Olimpíadas vêm-se tornado cada vez mais frequentes. Tentando contornar as dificuldades dessa nova situação, o COI mudou algumas regras do processo de candidatura e escolha das cidades-sede. As mudanças tentam tornar o processo mais curto e assim menos oneroso, além de oferecerem maior apoio técnico e econômico às candidaturas, que podem receber quase 1 bilhão de dólares de auxílio caso sejam escolhidas. Tudo isso, porém, não parece ainda ter sido suficiente para amainar as resistências e oposições contra à candidatura de cidades para sede dos JO.

Os jogos de pequim, paris e los angeles

Os JO de inverno de 2022 contaram com a candidatura de seis cidades: Oslo (Noruega), Estocolmo (Suécia), Cracóvia (Polônia), Lemberga (Ucrânia), Pequim (China) e Amalty (Cazaquistão). O número era duas vezes maior do que o registrado inicialmente para sediar a edição anterior do evento. O crescimento no número de candidaturas ensejou otimismo no COI, que celebrou o episódio. Palavras do presidente do COI enfatizaram que “essas cidades e seus apoiadores entendem claramente os benefícios que o acolhimento das Olimpíadas pode proporcionar e os legados no longo prazo que os Jogos podem trazer para a região”. Segundo ainda avaliação do presidente do COI, cidades que não teriam sido escolhidas para sediar o evento, perceberam, assim mesmo, ele afirmou, “que os Jogos podem ser igualmente benéficos como resultado de suas candidaturas” (IOC, 2013).

No entanto, alguns poucos meses depois, quatro das seis cidades que participavam inicialmente do processo já haviam retirado suas candidaturas. Lemberga justificou a desistência em razão da invasão da Ucrânia pela Rússia, que anexou ao seu território a cidade de Crimeia. Estocolmo declarou sua retirada do processo apenas 64 dias depois de ter realizado a candidatura, quando a maioria do conselho da cidade anunciou que se opunha à realização do evento. A cidade de Cracóvia, do mesmo modo, retirou a candidatura depois de quase 70% dos cidadãos locais rejeitarem por meio de um referendo a proposta de sediar aquela edição dos JO de inverno. Mas o evento de maior repercussão foi a desistência da candidatura de Oslo.

O conselho municipal de Oslo realizou um referendo sobre o assunto, onde 55% dos eleitores apoiaram a candidatura da cidade. Com o tempo, no entanto, esse apoio diminuiu para apenas 24%. Uma reportagem investigativa realizada pelo jornal norueguês *Aftenposten*, que produziu um dossiê com mais de 7.000 páginas, revelou uma série de demandas extravagantes do COI ao governo e ao comitê organizador local. Entre as exigências do COI, havia uma reunião extraordinária com o Rei da Noruega antes da cerimônia de abertura dos JO, seguida de um coquetel de recepção no Palácio Real ou em algum outro local igualmente luxuoso, cujo custo seria de responsabilidade do comitê organizador local. Outra demanda seria uma recepção de boas-vindas do presidente do COI na pista do aeroporto internacional de Oslo. Além disso, o aeroporto e as estradas da cidade deveriam contar com passagens exclusivas para os membros do COI. Os hotéis em que os membros do COI estariam hospedados deveriam ainda recepcioná-los com sorrisos e saudações de boas-vindas do gerente e do chefe da organização local, além de disponibilizarem cardápios variados. Finalmente, exigia-se ainda salas climatizadas a temperaturas precisas e bem determinadas, onde as comidas deveriam ser controladas e periodicamente substituídas (Hansen, 2012; Rugsveen, 2013).

Em um país cuja cultura política celebra a equidade, a divulgação das informações do dossiê do jornal *Aftenposten* exibindo uma quase obsessão dos dirigentes do COI por distinção causou comoção. Políticos da Noruega logo anunciaram que se opunham à candidatura de Oslo. Mesmo políticos do

Partido Conservador Norueguês, que estavam à frente do processo, decidiram retirar o apoio à candidatura de Oslo. Uma proposta de redução do custo da realização do evento de quase US\$ 500 milhões – de US\$ 2,37 bilhões para US\$ 1,9 bilhão – não foi suficiente para demover essas resistências e a candidatura da cidade foi afinal oficialmente retirada.

Não bastasse, representantes de Oslo direcionaram severas críticas públicas ao COI. Eirik Bergesen, por exemplo, diplomata norueguês, afirmou que a retirada da candidatura de Oslo simbolizava, nas palavras dele, “a indisposição do país em ser a esposa-troféu do COI” (Reid, 2022a). O diplomata afirmou ainda que àquela edição das Olimpíadas de inverno seria fatalmente acolhida por um regime análogo ao do próprio COI, qual seja, uma ditadura, fazendo referências implícitas à inflexibilidade de normas e imposições do COI com relação às cidades-sede, sem muito espaço para negociação e diálogo.

Assim, no momento da eleição da cidade-sede dos JO de inverno de 2022, restavam apenas duas candidaturas: Pequim e Amalty. Tal como previra o diplomata norueguês, a circunstância significava que o COI teria que escolher uma cidade situada em uma nação governada por regimes autoritários e cercada por objeções internacionais a respeito da defesa dos direitos humanos. Sem opções, de fato, o COI acabou por escolher Pequim, logo avaliada por estudiosos do assunto como “a melhor opção entre as piores” (Reid, 2022a).

Desde o início, essa edição dos JO de inverno assumiu feições bastante controversas. O evento foi alvo de uma intensa crítica por causa dos abusos dos direitos humanos do grupo étnico Uigures, população local mulçumana de origem turcomena. Segundo organismos internacionais, o tratamento desse grupo étnico em território chinês deveria ser encarado como um “genocídio e um crime contra a humanidade” (Human Rights Watch, 2022, n.p.). Segundo palavras de Sophie Richardson, diretora do *Human Rights Watch* na China, “ao designar a China como sede dos JO [de inverno] de 2022, o COI cometeu um grave erro relativo aos direitos humanos” (Human Rights Watch, 2022). Arbitrariedades políticas e diplomáticas da China com relação a Hong-Kong também foram objeto de críticas.

A escolha de Pequim como sede para aqueles jogos de inverno assumiu simbolismo ainda maior por ter ocorrido quatro dias depois da retirada da candidatura de Boston, nos Estados Unidos, para sediar as Olimpíadas de verão de 2024. Ladeado pelo influente movimento *No Boston Olympics*, o processo de escolha das Olimpíadas de verão de 2024 pode ser visto como outro ponto de inflexão relevante na história recente da organização do evento, pois, até então, movimentos de rejeição dessa natureza restringiam-se, basicamente, aos JO de inverno, quase não atingindo os eventos de verão (Dempsey; Zimbalist, 2017).

Inicialmente, havia seis candidaturas para sediar as Olimpíadas de verão de 2024: Boston, Hamburgo, Roma, Budapeste, Paris e Los Angeles. Com o tempo, porém, apenas duas cidades

mantiveram suas candidaturas: Paris e Los Angeles. A situação foi notada como tão surpreendente e preocupante que o COI decidiu alterar o modo de escolha das cidades-sede. Ao invés de realizar dois processos de seleção separados para as edições de 2024 e 2028, como era até então, o COI decidiu pelo que ficou conhecido como “dupla-atribuição”, isto é, realizar a seleção de dois eventos em um único processo, antecipando, assim, a escolha da cidade-sede da edição seguinte, no caso, a de 2028, que aconteceu simultaneamente à escolha da cidade-sede da edição de 2024. De um lado, Paris foi escolhida como sede da edição de 2024, enquanto Los Angeles, de outro lado, foi escolhida como sede da edição de 2028 – apesar de ter se candidato para o evento de 2024.

Embora o presidente do COI tenha declarado que a motivação para a mudança nos procedimentos para a escolha das cidades-sede residisse em uma tentativa de “conservar duas excelentes candidaturas” (Le Monde, 2017), na prática, a decisão foi interpretada como a sinalização de um receio de que não houvesse candidatos para as Olimpíadas de 2028. Conforme palavras de Bourbillères e Koebel (2020), “a ‘dupla-atribuição’ deve ser analisada como um declínio no interesse das cidades em sediar os JO e, ao mesmo tempo, representa uma mudança de política inédita no seio do COI” (p. 2-3). Daí em diante, tornou-se evidente a preocupação do COI com o crescente número de referendos organizados junto a habitantes de cidades que cogitavam lançar candidaturas para sediar as Olimpíadas (Lenskyj, 2020).

Crise financeira e um novo equilíbrio de poder

Preocupações de dirigentes do COI com referendos durante candidatura de cidades para sede das Olimpíadas, bem como desistência de candidaturas, não eram algo sem fundamento. De fato, a balança das relações de poder entre o COI e as cidades-sede, onde o COI sempre teve posição de vantagem, parece ter sido alterada com esses acontecimentos. Uma importante razão dessa mudança está nos elevados e crescentes gastos decorrentes das exigências impostas pelo COI às cidades-sede. Eventuais benefícios econômicos de sediar um evento olímpico têm sido crescentemente questionados por políticos e também por parte das populações locais. Mudanças climáticas, além disso, associadas a crises econômicas persistentes, parecem tornar mais elevados os custos sociais, ambientais e políticos de organizar um evento com tais demandas financeiras (Reid, 2022a; 2022b). Conforme afirmam Flyvbjerg et. al. (2020, p.240), “o problema é que, fundamentalmente, as pessoas não estão necessariamente interessadas em sediar os Jogos”.

Entre 1992 e 2014, setes diferentes cidades sediaram os JO de inverno. Desse total, quatro cidades-sede tiveram prejuízos na organização dos seus eventos. Essas sete Olimpíadas, além disso, tiveram custo médio 125% superior ao orçamento inicial. De acordo com Matheson e Baade (2021), o custo médio na organização dos cinco JO de inverno entre 1998 e 2014 foi de US\$ 18,95 bilhões de

dólares americanos (tendo como referência as cotações de 2021), com variações que podem superar em 25% os valores que foram revelados. Um estudo recente sobre as questões orçamentárias dos JO afirmou que “o custo das Olimpíadas é comparável aos custos dos ‘grandes desastres’, como pandemias, terremotos, tsunamis, guerras e conflitos armados” (Flyvbjerg; Budzier; Lunn, 2020, p.13).

A ideia propagada pelo próprio COI, através do *The Olympic Games Knowledge Management Programme*, iniciado nas Olimpíadas de 2000, em Sidney, de que as novas candidaturas “aprenderiam” com os equívocos das organizações anteriores, tem sido duramente criticada. Segundo avaliação de Flyvbjerg e colaboradores (2020), por exemplo, (p. 17), “o programa [*The Olympic Games Knowledge Management*] deve ser visto como um fracasso”.

Como alternativa, estudiosos têm apontado para seis medidas imediatas a fim de tentar contornar e resguardar economicamente futuras cidades-sede de Olimpíadas (Flyvbjerg; Budzier; Lunn, 2020; Lauermaann, 2022). Conforme Tabela 2, essas medidas podem ser resumidas a enfatizar os riscos envolvidos em sediar uma Olimpíada, estabelecer previsões orçamentárias mais honestas e realistas, transferir parte dos custos de organização das competições para o COI, encurtar o ciclo de preparação do evento, considerar a possibilidade de utilização de infraestruturas esportivas temporárias, além de considerar não sediar os JO diante de análises que indiquem a sua inviabilidade.

Tabela 2. Sugestão de novas diretrizes quanto ao acolhimento das olimpíadas

- | | |
|------|---|
| i) | Tanto as cidades-sede, quanto o próprio COI, precisam entender os verdadeiros riscos envolvidos no acolhimento dos JO; |
| ii) | Contingências de custos maiores e mais realistas devem ser estabelecidas; |
| iii) | O COI precisa se propor a arcar com parte do custo dos JO, mínimo de 10% do custo final; |
| iv) | O ciclo de preparação de 7 anos deve ser encurtado a fim de atenuar os riscos envolvendo a organização e o gasto excessivo; |
| v) | Deve-se considerar equipamentos esportivos semipermanentes ou, alternativamente, conceder duas edições dos Jogos para a mesma cidade-sede para que um maior uso das estruturadas seja possível; |
| vi) | Considerar o não acolhimento dos JO a partir de estudos e análises prévias quanto à viabilidade do evento. |

Fonte: Adaptado Flyvbjerg; Budzier; Lunn, 2020

O alto custo da preparação para os JO tem servido e deve continuar a servir nos próximos anos, como um desincentivo para cidades em países democráticos se candidatarem para sediar esses eventos. Como bem demonstrado em estudos recentes (Baade; Matheson, 2016; Bourbillères; Koebel, 2019; Castilho; March Jr., 2021; Larneby, 2021), o aumento desmedido do orçamento inicial da competição pode ter implicações fiscais e políticas deletérias para as cidades-sede uma vez o evento finalizado.

Considerações finais

De maneira inédita, o processo de escolha dos JO de verão de 2024 confrontou-se com problemas semelhantes aos que afetavam, desde antes, o processo de escolha das cidades-sede dos JO de inverno. Tornar-se sede de uma Olimpíada de verão parece ter deixado de ser algo cobiçado por diversas metrópoles globais, que antes encetava ocasião de acirradas e cada vez mais caras disputas. Recentemente, essa dinâmica parece ter dado lugar a uma outra, em que governos e cidadãos de cidades antes interessadas em tomar parte da história das Olimpíadas hesitam e rejeitam mesmo se tornarem cidades-sede deste megaevento esportivo.

Essa transformação tem uma cadeia de consequências institucionais para o COI, para a imagem das Olimpíadas, assim como para a diplomacia e para geopolítica internacional que historicamente tem se estruturado ao redor da organização desses eventos. A crescente “rejeição olímpica” entre cidadãos de diversas cidades de países democráticos, cada vez mais indispostos a arcar com os elevados custos das exigências organizacionais e infra estruturais implicadas no atual modelo dos JO, tem reduzido o arco de opções do COI, que não encontra outra alternativa senão eleger cidades de países com governos internacionalmente questionados por conta de violações de direitos humanos e fragilidades do funcionamento de seus sistemas democráticos. A solução acaba por estreitar as associações negativas do COI e dos próprios JO com violações de direitos humanos, o que pode prejudicar a imagem do evento, com risco de comprometer, desse modo, até mesmo a sua rentabilidade, dado que patrocinadores podem eventualmente hesitar também associarem suas marcas de agora em diante a competições esportivas realizadas em tais circunstâncias.

Outra alternativa já mobilizada pelo COI para evitar realizar Olimpíadas em países não-democráticos foi a escolha de cidades-sede sem o processo de licitação. A escolha da cidade de Brisbane, na Austrália, para sede dos JO de 2032, por exemplo, prescindiu do habitual, longo e oneroso processo de candidatura, avaliação e seleção por meio de concorrência. Nesse caso, a cidade foi praticamente convidada pelo COI a sediar o evento. A nova dinâmica, porém, se por um lado assegurou a realização do evento em um país democrático e com a infraestrutura exigida, por outro lado, também embaraçou ainda mais os mecanismos de transparência e governança democrática do próprio COI, que já eram objeto de críticas desde antes (Simson; Jennings, 1992). Na nova dinâmica, o COI ignora as próprias normas em um processo de decisão verticalizado, do tipo *top-down*, bastante distante dos ritos que caracterizam os sistemas democráticos. Embora críticas ao COI a respeito de tomadas de decisão dessa natureza já existissem desde antes, sempre houvera ao menos preocupação de preservar certa aparência de transparência e espírito democrático. Paradoxalmente, assim, o COI sacrificaria, em definitivo, a sua própria governança democrática a fim de evitar associar a imagem das Olimpíadas a países não democráticos.

Esse crescente processo de “rejeição olímpica” tem ainda consequências potenciais sobre a diplomacia e a geopolítica internacional. Pois diante da crescente indisponibilidade de cidades de países democráticos se candidatarem para sediar as Olimpíadas, países com governos autoritários, mas dispostos a arcar os custos de organização do evento, ampliam as chances de realizar tais ambições, tentando fortalecer suas políticas externas por meio da exploração simbólica e diplomática da imagem e do prestígio que ainda resta ao evento. Neste contexto, tais nações encontram pouca resistência popular, visto o caráter vertical das tomadas de decisões. Em outras palavras, a rejeição olímpica em países democráticos cria uma janela de oportunidade política para a diplomacia de países não democráticos, que podem, assim, ampliar seu campo de influência por meio da exploração do prestígio e dos símbolos esportivos das Olimpíadas.

Referências

- ALLISON, L.; MONNINGTON, T. (2002). Sport, Prestige and International Relations. **Government and Opposition**, v. 37, p.106-134.
- BAADE, R. A.; MATHESON, V. A. (2016). Going for the Gold: The Economics of the Olympics. **Journal of Economic Perspectives**, v.30, n.02, p. 201-218.
- BERGLUND, N. (2014). IOC blamed for killing OL spirit. **News in English: Views and News from Norway**, Disponível em: <https://www.newsinenglish.no/2014/10/02/ioc-blamed-for-killing-ol-spirit/> Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.
- BONIFACE, P. (2016). **JO Politiques: Sport et relations internationales**. Groupe Eyrolles: Paris.
- BOURBILLÈRES, H.; KOEBEL, M. (2019). Les processus de contestation dans le cadre des candidatures des villes européennes aux Jeux olympiques et paralympiques 2024. **Movement & Sport Sciences – Science & Motricité**. DOI: <https://doi.org/10.1051/sm/2019032>
- CASTILHO, C. T.; MARCHI JR., W. (2019). Esporte, Geopolítica e Relações Internacionais. In: BETTINE, M.; GUTIERREZ, G. L. **Esporte e Sociedade: um olhar a partir da globalização**. São Paulo: IEA-USP, p. 15-32.
- CASTILHO, C. T. (2016). **Politiques Publiques et Coupe du monde de football 2014 au Brésil: des espoirs aux héritages locaux**. 2016. 556 f. Tese (Doutorado em Sciences du Sport et du Mouvement Humain) – STAPS, Université de Paris-Sud (Paris 11).
- De BOSSCHER, V. et al. (2007). **The Global Sporting Arms Race**. An International Comparative Study on Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success. Aachen: Meyer and Meyer Spots.
- DEMPSEY, C.; ZIMBALIST, A. S. (2017). **No Boston Olympics: how and why smart cities are passing on the torch**. Lebanon NH: ForeEdge.

FLYVBJERG, B.; BUDZIER, A.; LUNN, D. (2020). Regression to the tail: Why the Olympics blow up. **EPA: Economy and Space**, vol. 53, n° 2, 2020, pp. 233-260. DOI: 10.1177/0308518x20958724

FREEMAN, K. (2012). Sport as swaggering: Utilizing sport as soft power. **Sport in Society**, v. 15, p. 1260–1274. DOI: 10.1080/17430437.2012.690403

GOLDBLATT, D. (2016). **The Games: a global history of the Olympics**. Norton & Company: New York.

GRIX, J.; CARMICHAEL, F. (2012). Why do governments invest in elite sports? A polemic. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 4, p. 73–90. DOI: 10.1080/19406940.2011.627358

HANSEN, R. S. (2012). Vikingskipet vil svekke OL-søknaden, Aftenposten, 2012. Disponível em: <https://www.aftenposten.no/sport/i/8m5b8Q/ndash-vikingskipet-vil-svekke-ol-soeknaden> Acesso em: 17 de fevereiro de 2022.

HAUT, J.; PROHL, R.; EMRICH, E. (2016). Nothing but medals? Attitudes towards the importance of olympic success. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 51, p. 332–348. DOI: 10.1177/1012690214526400

HULME, D. (1990). **The Political Olympics: Moscow, Afghanistan, and the 1980 US Boycott**. Ed. Praeger.

HUMAN RIGHTS WATCH. Sophie Richardson: China Director. **Human Rights Watch Web Site**, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/about/people/sophie-richardson> Acesso em: 21 de fevereiro 2022.

IOC. (2013). Rising interest in Olympic Winter Games as six cities bid to host 2022 Games. IOC. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/rising-interest-in-olympic-winter-games-as-six-cities-bid-to-host-2022-games> Acesso em: 15 fevereiro 2022.

IOC. (2020). Olympic Charter. Lausanne: DidWedo Ed., Disponível em: https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/General/EN-Olympic-Charter.pdf#_ga=2.248657799.1871592072.1592319729-1875299761.1583814696 Acesso em: 16 fevereiro 2022.

KRUEGER, A. (1995). ‘Buying victories is positively degrading’: European origins of government pursuit of national prestige through sport. **The International Journal of the History of Sport**, v. 12, p. 183–200. DOI:10.1080/09523369508713902.

LARNEBY, M. (2020). The Olympic Games – A Critical Approach. **European Journal for Sport and Society**. DOI: <https://doi.org/10.1080/16138171.2020.1839707>

LAUERMANN, J. (2022). The declining appeal of mega-events in entrepreneurial cities: From Los Angeles 1984 to Los Angeles 2028. **Environment and Planning C: Politics and Space**. DOI: <https://doi.org/10.1177/23996544211066101>

LE MONDE (Sport) (2017). Le CIO se penche sur la double attribution des JO 2024 et 2028. **Le Monde (Avec AFP)**, 2017. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/sport/article/2017/03/17/le->

[cio-se-penche-sur-la-double-attribution-des-jo-2024-et-2028_5096213_3242.html](https://www.alesde.org.br/cio-se-penche-sur-la-double-attribution-des-jo-2024-et-2028_5096213_3242.html) Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

LENSKYJ, H J. (2020). **The Olympic Games: A critical approach** (Societynow). Emerald Publishing.

MATHESON, V.; BAADE, R. (2021). Rescuing the Olympic Games from their own success. **FD International Monetary Fund**, 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2021/07/rescuing-the-tokyo-olympics-baade-matheson.htm> Acesso em: 16 de fevereiro 2022.

REICHER, D. (2013). **Nationensport und Mediennation**. Zur Transformation von Nation und Nationalismus im Zeitalter elektronischer Massenmedien [**Nation's sport and media nation**. On the transformation of nation and nationalism in the age of electronic mass media.] Goettingen: V and R unipress.

REID, S. M. (2022). How Beijing got the Winter Olympics: The better of two bad choices. **The Orange County Register** (OCRegister), 2022. Disponível em: <https://www.ocregister.com/2022/02/01/how-beijing-got-the-winter-olympics-the-better-of-two-bad-choices/> Acesso em: 17 de fevereiro 2022.

REID, S. M. (2022). 'The Genocide Olympics': IOC human rights record under fire as Beijing games approach. **East Bay Times (Sports Olympics)**. Disponível em: <https://www.eastbaytimes.com/2022/02/03/the-genocide-olympics-ioc-human-rights-record-under-fire-as-beijing-games-approach/> Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

RUGSVEEN, H. (2013). Hamars OL-drøm knuses: Ville arrangere skøyteløpene i Vikingskipet i. **Aftenposten**, 2013. Disponível em: <https://www.aftenposten.no/sport/i/4qbneo/hamars-ol-droem-knuses> Acesso em: 17 de fevereiro 2022.